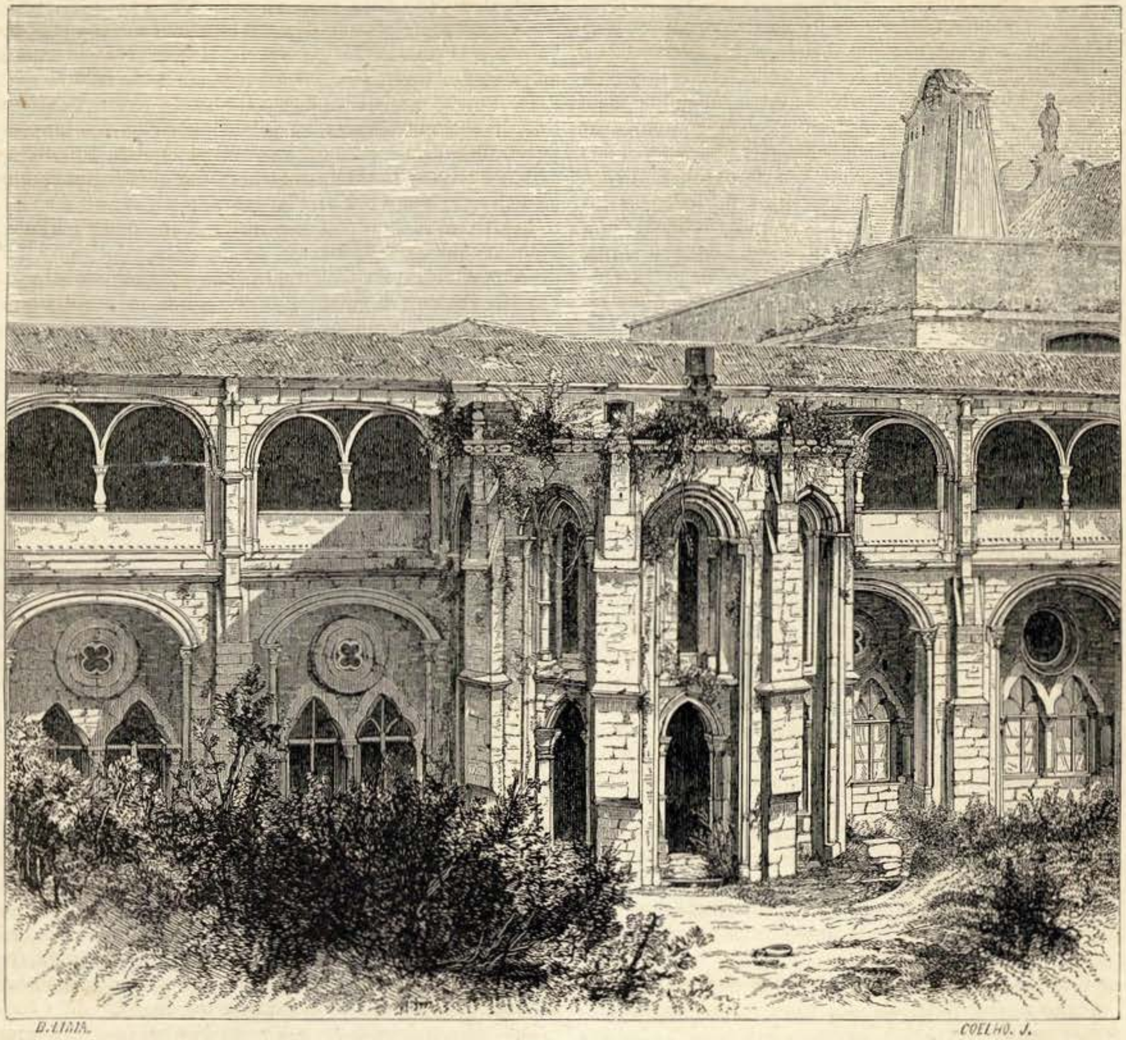


Claustros de D. Diniz e do cardeal infante D. Henrique, em Alcobaça

Nas edificações religiosas, logo depois do templo, era o claustro onde mais se esmeravam os edificadores. Entre a egreja, destinada unicamente ao culto da Divindade, e o dormitorio, o refeitorio e as officinas, que serviam para a conservação do homem, ficava o claustro, logar de transição, recinto mysterioso e melancolico, posto, como a escada de Jacob, entre o ceo e a terra. As preces começadas na egreja continuavam ainda no claustro, sem obstarem á sequencia das praticas encetadas no convento. Sob as ogivas das arcadas, os monges pensavam em Deus e nos homens, no futuro e no passado, na bemaventurança e no mundo. No chão da vasta quadra, cobriam aqui de preces as sepulturas dos mortos, e regavam além as roseiras e as murtas que adornavam o jardim.

Os claustros, menos alterosos que os templos, e por tanto menos expostos ás injurias dos seculos; mais humildes e obscuros, e por isso mais desprezados, permaneceram, em geral, livres das grandes restaurações, mutilações e accrescentamentos que alteram quasi todas as egrejas antigas. Servem-nos, pois, de preciosos elementos para o estudo da arte, tanto pela abundancia de todos, como pela pureza em que se conserva o estilo de cada um.

Os que em Portugal subsistem de pé constituem uma serie interessante e numerosa de typos architectonicos. Differença-se dos outros pela simplicidade da estructura, pelo rasgo e elevação das ogivas, o de Santo Thyrso, que se attribue com razões provaveis ao seculo XII [1]. No de Alcobaça, como se vê na gravura, as ogivas são da parte de fóra compostas de tres curvas na fórma caracteristica do reinado de D. Diniz. Os da sé do Porto [2] e da sé de Evora, ambos construidos no ultimo quartel do seculo XIV, e muito similhantes, patenteiam já aquella regularidade de estilo e apurado lavor que haviam de chegar ao mais subido grau de perfeição, poucos annos depois, na Batalha e na egreja do Carmo de Lisboa [3]. O claustro real d'aquelle mosteiro [4], se substituirmos de imaginação os ornatos que lhe accrescentou el-rei D. Manuel pelos primitivos, virá a representar-nos o typo correspondente á epocha de D. João I. Em fim, o de Belem [5] e o de Santa Cruz de Coimbra [6] são dois exemplares admiraveis do gothico florido ou manuelino.

Em tempo de D. João III, a architectura claustral recebeu profundo golpe com a substituição do estilo

[1] Vid. pag. 237 do vol. VI.
[2] Vid. pag. 1 do vol. IV.
[3] Vid. pag. 401 do vol. I.
[4] Vid. pag. 273 do vol. VIII.
[5] Vid. pag. 249 do vol. VI e 229 do vol. IX.
[6] Vid. pag. 233 do vol. VIII.

gothico pelo classico. Os innovadores achavam nos templos dos pagãos os moldes dos que edificavam á christandade. Mas para os claustros, creação pura e exclusivamente christã, faltavam-lhes regras em Vitruvio, e modelos na Grecia e Roma. Não admira, portanto, que os claustros que depois dos ultimos a que alludimos se construiram em Portugal, e nos quaes se baniu de todo o estilo gothico, ficassem ainda mais acanhados e desairosos que as egrejas contemporaneas. Em abono d'esta idéa, citaremos o claustro dos Corvos no convento de Thomar [1], o da egreja da Graça em Evora, o da sé de Coimbra, e os de todos os innumeros conventos que nos deixaram os reinados piedosos de D. João III e de alguns dos seus successores.

Uma d'essas provas, e das mais convincentes pelo contraste, está nos dois claustros de Alcobaça que representa a gravura. As ogivas do inferior, os oculos, as columnas, as misulas, o artezoado das abobadas, apparecem-nos com as feições do estilo gothico, livre já em tempo de D. Diniz das influencias byzantinas e sarracenas que nos anteriores reinados o adulteraram. O superior, nas voltas redondas dos arcos, nos capiteis e bases das columnas, e nos demais ornatos, denuncia uma epocha, pelo menos, posterior a D. Manuel, em cujo tempo se divulgou pela Europa o genero classico, sem chegar a introduzir-se em Portugal.

A grande similhança da arcada da frontaria da universidade de Evora [2] com este claustro, e attestarem alguns escriptores que o cardeal D. Henrique mandára construir um no mosteiro de Alcobaça, auctorisam-nos a attribuir-lhe a obra que por tradição lhe conserva o nome. Com quanto muito mais leve e elegante que a maior parte dos edificios congeneres, contemporaneos de D. João III ou posteriores, tão desvantajosa lhe é a comparação com o alto e gracioso claustro de D. Diniz, que parece acaçapado e desprazivel á vista.

D'aquelle nada temos a accrescentar ao que escreveu n'este jornal o nosso amigo e collega, o sr. Vilhena Barbosa [3], senão que vimos parte de um lanço tapada e envidraçada para servir de eschola de instrucção primaria. A grande importancia da applicação não obsta a que digamos que, havendo tamanho espaço no mosteiro, sería preferivel escolher outro logar, e deixar a magestosa quadra livre e desembaraçada.

É já grande a ruina do claustro superior. N'algumas partes caíram telhados e abobadas. Fica assim inevitavel a communicação do estrago ao claustro inferior, cuja perda será muito sensivel aos que prezam os monumentos antigos da architectura nacional.

Um grande genio, como o do sabio ministro de D. José, acharia, de certo, meio de fundar no mosteiro de Alcobaça, e n'outros conventos que similhantemente se arruinam, vastos estabelecimentos industriaes que conservassem as reliquias do passado e melhorassem as condições do presente. Por infelicidade de nós todos, falta-nos quem saiba ou queira imitar os bons exemplos do inclito marquez.

No meio da fachada que representa a estampa vê-se um corpo saliente, cuja architectura não corresponde bem á do claustro de D. Diniz, e muito menos á do de D. Henrique. As ogivas são estreitas e elegantes como as de D. João I, em cujo reinado se apertaram á moda ingleza. Notaremos, porém, que ha nos portaes duas ordens de columnas como no claustro inferior, e com capiteis em tudo similhantes. Esta circunstancia contradiz até certo ponto a conclusão a que nos conduz a fórma das ogivas. Não ousâmos, pois, decidir-nos sobre o ponto importante da origem d'esta parte do claustro.

Quanto ao fim para que servia, mais facil nos parece dizel-o. Tinham alguns claustros antigos um corpo á similhança d'aquelle de que tratâmos, com uma fonte dentro, para os religiosos lavarem as mãos á saída do refeitorio. Na Batalha chamam ao do claustro real *lavabo*. O de Alcobaça fica junto da porta do refeitorio, e teve uma fonte com um tanque, de que se conservam ainda mutilados restos. O tanque era de marmore muito lavrado, com grande cópia de ramos, folhas, flores, aves e outros ornatos no gosto manuelino. Tinha em differentes partes as armas dos geraes de S. Bernardo, e por cima um M (Maria) sob uma coroa e uma estrella, e com uma fita entrelaçada com esta divisa: *Quem te tivera por guia*.

Estava o tanque antigamente no meio do edificio gothico; mas, por um acto de brutal vandalismo, foi desmanchado, e de seus quatro lados fizeram dois, que applicaram contra as paredes do recinto para augmentar a capacidade do reservatorio, a fim de receber maior quantidade de agua. A parte restante da fonte ficou, pois, a um canto do novo tanque.

Na parte anterior e superior do corpo gothico vê-se o pedestal de uma meridiana que jaz caída em cima da abobada. Os ornatos d'esta peça e a cimalha parecem do mesmo estilo do claustro superior.

A. FILIPPE SIMÕES.

[1] Vid. pag. 237 do vol. X.
[2] Vid. pag. 161 do vol. V.
[3] Vid. pag. 33 do vol. IX.

FRUCTOS DE VARIO SABOR

III

AS ROSEIRAS DO AMOR

(Vid. pag. 251)

XVIII

PEDRO

Maria Palmeiro julgava, como muita gente, que só por matar, roubar, calumniar, ou por outros que taes crimes, se póde entender o *fazer mal*. Atraiçoar um amante, que tinha posto n'ella a esperança de toda a vida e o sonho da sua felicidade, não era fazer mal a ninguem! Sábias ou ignorantes, são assim feitas as mulheres.

Pedro não pensava do mesmo modo, mas não se queixava senão do seu rival, porque tinha sido este, na sua opinião, quem desvairou a moça.

Ao entrar em casa do padre Manuel, depois da scena que tivera logar com Carlos Eugenio, Pedro ia ainda chorando amargamente pelo seu perdido amor. Atravessára com lagrimas nos olhos toda a povoação; e, como as senhoras visinhas tinham já de muito tempo feito circular, ainda como calumnia, a noticia de que Maria Palmeiro era a amante do moço lisbonense, facil foi a todos saber o motivo dos prantos do pobre rapaz.

O padre Manuel estava, por descargo de consciencia, a ler n'um breviario latino que não entendia; e isto seja dito sem offensa para o excellente homem; porque, se são raros os padres que sabem latim, são rarissimos os que sabem ser padres como era o meu velho cura de Avelomar. O latim nunca salvou ninguem; mas a falta de moralidade nos ecclesiasticos tem perdido muita gente.

O padre fechou o breviario e disse sorrindo ao rapaz:

— Grande novidade! Fazia-te a contas com os congros. Vieste muito cedo, ou não foste?

Pedro coçou na cabeça, o que era n'elle indicio de acontecimento grave e difficil de referir.

— Eu fui... mas como o mar estava assim a modos de quem não quer a coisa... virei logo na terra, e assentei que estava um bello dia para ir aos polvos.

— Ah! Então que tal? Correu bem? Eu o outro dia sempre vi um nas pedras de Chalo... de Chalo ou de Carreiro, tambem já não me lembro bem; que não cabia n'um poço. Forte bicho! Foi na Aradinha; agora é que me recordo que foi na Aradinha.

Pedro tornou a coçar a cabeça.

— Sim, elles por alli são bastos... ás vezes... E prouvera a Deus que só polvos eu tivesse pescado n'aquella maldita praia!

— Então por quê, homem? Vens mordido da tarantula? O que foi que pescaste mais na Aradinha?

— Pesquei lá o ladrão que me roubou a minha felicidade.

— Hum... Ciumes? É má doença!

— Não os tenho, sr. padre; já os não posso ter... porque a cachopa está virada; quer casar com o outro, e só Deus sabe até que ponto terão chegado as coisas entre os dois!

O velho levantou-se indignado.

— Não m'a calumnies, Pedro! Olha que te não perdôo!

— Calumnial-a, eu! Eu fui o ultimo que soube a minha desgraça! Disse-me a Palmeiro que, se não casasse com o tal que eu pesquei, não casaria com mais ninguem!

— Disse?!

E o padre, não achando phrase que exprimisse sufficientemente o seu espanto, abriu o breviario, leu um trecho de latim em voz alta e perguntou a Pedro:

— Entendes isto?

— Eu não, senhor, respondeu o rapaz com pasmo.

— Pois é o mesmo que me acontece com a tua historia.

Fechou o livro, deu umas poucas de voltas á roda da casa, gritou á irmã que lhe trouxesse uma infusa cheia de agua, e bebeu dois tragos, acenando a Pedro que o seguisse.

— Isto só pelo diabo! ia elle murmurando. Depois de quarenta annos que sou cura, acontecer-me uma d'estas! Estou aceiado! E então uma orphã que eu tinha maior obrigação de vigiar e guardar! Mas quem havia de dizer tal?! Façam lá beneficios a esta canalha das cidades, hein! Vejam como está o mundo arranjadinho! Pobre Pedro! E eu que o julgava a elle capaz de... e antes fosse elle... antes, com mil diabos, porque ao menos casava com ella! E o outro? O outro muda-se e não torna cá mais. Ora essa! Esperem por elle! Infame seductor! Pois ha de ouvir-me, que eu sou capaz de o casar já, agora mesmo, e á força, quer elle queira, quer não! Vou lá, e ainda que seja contra os canones, contra o direito e contra o torto... importa-me cá o rei nem o papa quando me fazem uma d'estas! Na minha aldeia... depois de quarenta annos! Anda d'ahi, rapaz; anda, corre, que vae tudo hoje com o diabo!

E galgava a passos agigantados o caminho que medeia da sua casa até á de Pedro.

O moço seguia-o com custo, espantado da sua agilidade, e perguntando a si mesmo o que teria o padre feito aos seus sessenta annos, que os levava tão leves como se fossem vinte.

Quando chegaram ao alto do caminho que vae da Salvada para a Cavalleira, viram ao longe uma carruagem correndo ao trote de dois cavallos pela estrada da Povoa.

— Lá vae elle a fugir! gritou o padre cura. Aposto que tinha tudo preparado para se mudar logo que fosse descoberta a sua deslealdade! Ah! tratante! que m'a pregaste na menina do olho!

— Eu parece-me que era capaz de os apanhar, ainda que os cavallos voassem, disse Pedro. Mas para quê, se não o posso castigar? Prometti deixal-o ir em paz.

— Tolo! Deixassel-o commigo! Agora havemos de pegar-lhe com trapos quentes!

Apressaram outra vez o passo, e chegaram á Aldeia Nova um quarto de hora depois da saida de Maria Palmeiro.

Encontrando em cima da cama um embrulho com dinheiro em oiro, Pedro teve a idéa de correr após Carlos Eugenio para o punir por esta nova insolencia; mas pensou em Maria e ficou com o oiro. Resolveu-se tambem a ceder-lhe a sua casa, porque previu logo, pelo conhecimento que tinha dos costumes austeros dos seus patricios, que ninguem quereria mais abrir a porta á moça infamada. Entregou a chave a uma visinha, com ordem de a dar a Maria, e saiu novamente para casa do padre.

A amante de Carlos Eugenio já alli tinha estado, e pela sr.ª Rosa soube o rapaz o que lhe havia acontecido com os lavradores a quem ella fôra offerecer-se. Escreveu então, com plena approvação do velho cura, a carta que atraz deixámos trasladada, e saiu em procura da cachopa.

Depois de correr inutilmente toda a povoação, passou casualmente junto ao seu barco e viu-a alli adormecida sobre o bailéo da prôa. Foi a casa buscar uma vela, e com as maiores precauções, para não a despertar, lhe fez um toldo, e, pondo-lhe ao lado a carta e a chave, retirou-se.

Maria pegou na chave e foi com a maior confiança installar-se em casa do seu ex-noivo. Esperava ella que a paixão de Pedro desapparecesse com a facilidade com que tinha supprimido a sua; e que dentro em pouco viveriam juntos como bons irmãos.

Decorreram, porém, quasi duas semanas e o mancebo não tornou! Ella ia todos os dias para a praia, á espera do navio que deveria levar Carlos Eugenio; mas tambem este não dava signal de si!

N'uma d'estas excursões encontrou-se cara a cara com o pescador, que não pôde evital-a.

— Pedro!

— Sou eu, é verdade! Como tu estás magra, cachopa! Falta-te alguma coisa?

— Falta-me a tua amizade... e a tua companhia.

— Que dizes?! Pois só isso te falta?

— Não; falta-me tambem... aquelle que... que me ha de vir buscar.

— Pois ainda acreditas?! Ainda esperas?!... Deus tenha dó de ti, moça; vaes-te entisicando a olhos vista!

— Elle ha de vir; diz-m'o o coração.

— Engana-te.

— Pois sim, não fallemos mais d'isso. Tu foges de mim? Ha quasi quinze dias que te não vejo!

— Para que me verias? Disse-te que, quando precisasses de mim, me chamasses; não me chamas, não vou. Adeus.

— Queres-me mal?

— Eu! Devia ser assim, mas não posso. Quero-te bem como d'antes, apesar de tudo.

— Serio, serio?

— Nunca brinquei com estas coisas, cachopa!

— Pois anda para tua casa; serei tua irmã, tratarei de ti, da tua roupa, de tudo que é teu. Não posso ser tua mulher, mas amar-te-hei como verdadeira amiga. Tu não sabes como eu vivo triste e aborrecida. Todos me aborrecem tambem; ninguem me dirige a palavra, nem mesmo as moças que antigamente eram minhas amigas! No domingo fui á missa, e, ao sair, toda a gente me virou as costas! Quando se acabar o dinheiro que lá me deixaste, não haverá quem me dê uma esmola!

— Cá estarei eu então para trabalhar para ti... se quizeres.

— Até as visinhas me negam o lume quando vou pedir-lh'o! Tem medo de tocar na minha mão! Parece que me julgam leprosa ou empestada; e isto não póde ser senão por inveja; por saberem que eu hei de casar com um moço tão rico!

— Triste engano é esse em que vives, Maria Palmeiro! Olha que já passaram quinze dias, e hão de passar quinze mezes, até quinze annos, sem que o vejas voltar. Mas não importa. Eu irei viver na tua com-

panhia, e farei com que te respeitem... ou me desprezem tambem.

Estas ultimas palavras foram pronunciadas em voz tão baixa, que Maria não as percebeu. Ella pulou de contente com a noticia, e, tomando das mãos do rapaz um bello ruivo que elle levava, gritou com alegria infantil:

— Vou fazer a ceia; irei buscar uma cabaça do vinho do tio Joaquim Silva e ceiaremos muito bem. Olha que será esta a primeira noite que os meus olhos não deitem lagrimas depois que nos separámos.

— Tambem eu não chorarei, disse Pedro escondendo uma lagrima que lhe caíra nas costas da mão.

Depois, vendo a moça partir a correr, accrescentou:

— Será possivel que ella não saiba o mal que me fez? É, de certo; pois se nem sequer sabe o damno que fez a si propria! Tanta innocencia, tanta bondade... e perdida!

— Ainda a amas? perguntou o padre Manuel vindo pelo lado de traz bater-lhe amigavelmente no hombro.

— Sempre! e cada vez mais!

— Isso é fraqueza.

— Isto é amor, sr. padre! É a estrella da minha vida, que eu sigo e seguirei até que ella se apague.

— Diacho! Está-me parecendo que te desnorteias com essas divagações de poesia! O caso é que fallas como quem não me fez suar o topete para te ensinar a ler! Lá talento tens tu; mas, se tivesses mais um poucochinho de juizo... seguias o meu conselho.

— Qual conselho?

— O de te casares com a Rosa Fernandes.

— Nunca!

— Patetice! Ella gosta de ti, e o pae diz que lhe dava um dote bem bom, porque tu és um rapaz trabalhador e arranjado; comtanto que nunca mais fallasses á Palmeiro.

— Vou morar com ella.

— O quê?

— Vou para minha casa, onde ella continuará a viver até que... que o outro venha ou que a desgraçada se desengane.

— Perdeste a cabeça?! E eu consinto similhante escandalo?

— Estou resolvido.

— Mesmo contra minha vontade?

— É a vontade d'ella.

— E obedeces-lhe, tendo-te ella desprezado, tendo-se perdido com outro?

— Tem precisão de mim; desprezam-n'a, e eu vou fazel-a respeitada, declarando que approvo o seu casamento com Carlos Eugenio, e tomando-a, como se fôra minha irmã, debaixo da minha protecção até que venha o seu noivo buscal-a.

— Dá cá um abraço, rapaz! Não me ha de esquecer a lição que me déste. Tu agora é que fizeste de padre Manuel; eu tenho feito de pedaço d'asno! Eu, que sou padre, era mais implacavel do que tu, amante trahido e desgraçado! Eu nunca mais a quiz ver, nem ouvir fallar d'ella, quando era minha obrigação amparal-a e chamal-a ao arrependimento da sua falta, se isso fosse possivel! Estou um forte padre, não tem dúvida! Isto são os sessenta e cinco que me vão virando o miolo. Dá cá outro abraço, meu filho; e segue sempre os impulsos do teu coração; vejo que elle é melhor do que o meu, e de hoje em diante principio a estudar com os teus exemplos.

— Ora, sr. padre... que está ahi a dizer?!

— Anda lá para diante; vamos vêl-a. Eu agora é que sei quanto tu vales. Digo-te que has de ser um grande homem; um homem ás direitas. Queres tu ser padre? Apromptо-te em pouco tempo; e acredita que morria descançado se te visse no meu logar.

Pedro sorriu-se tristemente.

— Oh! se fosse possivel!... se eu podesse aprender latim, talvez me consagrasse a Deus, e... mas não; eu seria sempre um mau padre; pensaria mais n'ella do que em Deus. O meu destino, sr. padre Manuel, a minha vida ou a minha morte, dependem d'ella. Sei-o desde que me entendo; e seria grande loucura pretender mudar a sorte.

O padre tambem por sua vez se sorriu tristemente e seguiu-o sem responder. Que poderia elle dizer-lhe? O homem de Deus, a alma celeste e candida que viera á terra por missão divina, saberia acaso o que era a paixão de um homem como Pedro? Como comprehenderia um tal amor quem amava a todos egualmente?

(Continúa) F. GOMES DE AMORIM.

POÇOS INSTANTANEOS

Um dos maiores obstaculos que se oppõem em muitas regiões ao progresso e desenvolvimento da agricultura é, sem dúvida, a mingua de agua que os terrenos padecem. É sabido, porém, que, em quasi todos elles, o solo é, a maior ou menor profundidade, cortado por veios de agua, sufficientes, logo que sejam utilisados, para alimentar a camada superior, e converter em fertilidade a aridez, e em prados virentes despovoadas charnecas.

Mas o aproveitamento d'essas riquezas subterraneas era até agora difficultado, não só pela grande despeza da perfuração dos poços, mas principalmente pela impossibilidade de applicar a novas experiencias os apparelhos e materiaes empregados anteriormente sem resultado favoravel.

O que era, porém, ha pouco problema que a industria agricola encontrava como obstaculo no caminho dos seus progressos, é hoje, graças ao notavel engenho de um americano, o sr. Norton, systema simples e de facilima realisação.

Tem, de feito, muito pouco tempo de data o invento engenhoso dos poços instantaneos, cuja perfuração está claramente representada nas estampas que acompanham este artigo.

Attribue-se a idéa d'estes poços a alguns soldados americanos, que, durante a ultima guerra, imaginaram e conseguiram, enterrando no solo canos de espingarda, trazerem á superficie a agua em abundancia, que inutilmente haviam procurado obter por outra fórma do terreno ingrato que atravessavam. Seja como for, ao sr. Norton pertence, sem questão, o merito de haver aperfeiçoado e tornado de facil applicação tão util invento.

A utilidade dos poços tubulares ou instantaneos foi desde logo geralmente reconhecida; e em quasi todos os paizes da Europa a agricultura e a industria começam já a experimentar as suas incontestaveis vantagens.

Na Algeria, o systema do sr. Norton está sendo applicado á perfuração de poços artesianos. O marechal Mac-Mahon requisitou para alli trezentos poços tubulares, que, de certo, hão de contribuir não pouco para o melhoramento dos areiaes incultos d'aquelle vasto tracto de territorio.

A expedição da Abyssinia deveu em parte as suas victorias aos poços instantaneos que se abriram em differentes pontos do caminho que tinham de seguir as tropas.

Não foi Portugal dos ultimos em reconhecerem as vantagens de tão util invento.

Em julho de 1868 publicava o *Magasin Pittoresque* um artigo ácerca dos poços instantaneos. A leitura d'este artigo despertou ao intelligente industrial, o sr. Heitor Legros, empreiteiro da companhia de illu-

minação a gaz, a idéa de ensaiar no nosso paiz o invento do sr. Norton. Em setembro d'este anno apparecia nos jornaes de Lisboa o annuncio em que o sr. Legros se promptificava á perfuração dos poços instantaneos, obrigando-se a só receber o preço fixado por cada poço quando os resultados obtidos correspondessem ás promessas feitas.

Não tardou muito tempo que lhe chegassem varias requisições, a que desde logo o sr. Legros tratou de satisfazer, applicando-se elle proprio a dirigir a construcção dos tubos que haviam de servir para os poços instantaneos.

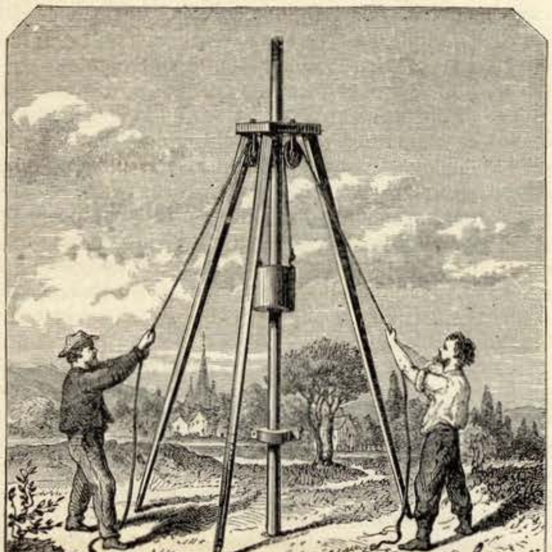
Foi no dia 1 do corrente mez de novembro que se procedeu ao assentamento do primeiro poço, no sitio dos Pégões, na provincia do Alemtejo. A abertura d'este poço foi feita por conta da companhia dos caminhos de ferro de sueste.

O resultado da primeira experiencia foi completo. Depois de um trabalho de poucas horas, a agua appareceu em grande quantidade, com o unico auxilio de uma bomba, que exhauria ou esgotava cêrca de 48:000 litros por dia.

As vantagens que para a nossa provincia do Alemtejo podem advir de tão util invento são incalculaveis. Algumas d'aquellas charnecas aridas e incultas não tardarão, de certo, a transformar-se em planicies verdejantes de cultura, se o exemplo já dado encontrar seguidores.

O sr. Legros assentou tambem já um poço instantaneo na fabrica do sr. Laforie, em Alemquer; e vae proceder ao assentamento de outros que lhe estão encommendados [1].

Poucas palavras bastarão para dar clara idéa do modo como se procede á abertura d'estes poços.

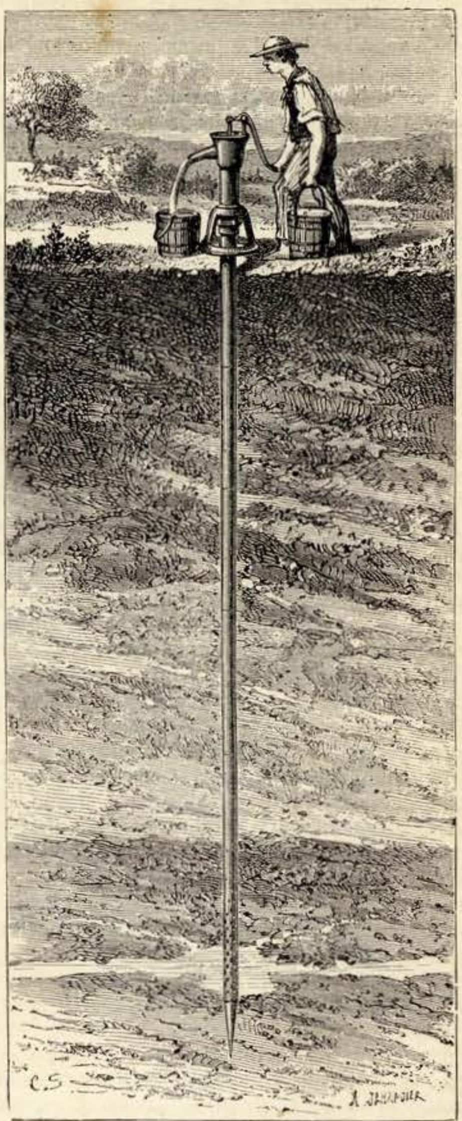


Perfuração de um poço tubular ou instantaneo

Para embeber no solo o tubo metallico emprega-se o apparelho representado na respectiva estampa, e que se aproxima muito do que é usado geralmente para cravar estacas. O tubo é dividido em secções, que se aparafusam á medida que elle se vae enterrando no solo.

Uma das maiores vantagens dos poços tubulares é poderem extrahir-se novamente, não se inutilisando por isso a despeza feita, nem quando o tubo encontra obstaculo que o impede de profundar mais, nem quando não apparece a agua que se buscava.

Em geral, uma ou duas horas de trabalho são bastantes para assentar um poço tubular.



Poço tubular ou instantaneo

A agua faz-se subir quasi sempre por meio de bomba, mas casos ha em que a propria força da ascensão do liquido é sufficiente para a trazer ao nivel do terreno.

T. DE C.

EXEMPLOS DE ENERGIA GOVERNATIVA EM PORTUGAL

I

CONFLICTO DO CORPO DIPLOMATICO EM LISBOA COM O GOVERNO DEL-REI D. JOÃO V

I

Se fosse necessario demonstrar que a resolução e a energia, quando se apoiam na justiça e se escudam com a prudencia, supprem a força, e conseguem obrigar os poderosos a respeitar o direito dos mais fracos, não era necessario recorrer aos estranhos em busca de exemplos com que se comprovasse aquella asserção. Temol-os de casa, e que bastante avultam e bem alto fallam.

[1] O sr. Heitor Legros vende cada poço instantaneo por 54$000 réis, isto é, quasi o mesmo preço por que se vendem em França. O estabelecimento d'este senhor é na travéssa da Parreirinha, n.º 20.

Nenhuma nação tão pequena como a nossa, e poucas maiores que nós, poderão apontar, como Portugal, para tantos exemplos na sua historia, em que a energia e firmeza do governo luctou e venceu a opposição das grandes potencias, constrangendo-as, a seu pesar, a acatarem a auctoridade e a dignidade da corôa portugueza.

Taes exemplos deveriam estar gravados em alto relevo dentro das nossas secretarias de estado, e em logar que désse bem na vista de todos que para alli entrassem com o fim de dirigir a governação do estado. E se a lição é util para todos os tempos, é utilissima para estes que vamos atravessando, em meio das convulsões que estão abalando a todo o instante a sociedade até aos fundamentos, derrocando monarchias, e, peior do que isso, subvertendo a autonomia de nações independentes, mau grado seu.

Já que, infelizmente, esses bons exemplos, que nos fizeram mais respeitados do que hoje somos, vão ficando esquecidos nos archivos da historia, iremos expondo aqui alguns, que reputâmos mais proprios para estimular os nossos brios, e despertar a energia nas regiões do poder, que muitas vezes parece adormecida.

II

Entre as immunidades que desfructavam outr'ora na côrte de Lisboa os embaixadores e ministros dos soberanos estrangeiros, havia uma muito grande e importante, e que, pelo transtorno que causava á acção governativa, e especialmente á administração da justiça, era um triste documento do atrazo moral em que se achava a nação n'essa epocha. Consistia essa immunidade em não ser permittido aos officiaes de justiça entrar de vara alçada e com as insigniás de seus cargos nos bairros dos embaixadores: isto é, não podiam passar, em commissão do seu officio, por diante da casa, nem pela rua onde morava o embaixador. Por conseguinte, os criminosos que alli se acoitavam, ou que, depois de presos, fugiam para dentro d'aquelles limites vedados, ficavam ao abrigo de toda e qualquer perseguição.

Póde-se julgar quaes seriam os resultados da impunidade que os malfeitores encontravam em similhante valhacoito, no centro de uma cidade tão grande quão mal policiada.

Resolveu-se o principe regente D. Pedro, pouco depois elevado ao throno com o nome de D. Pedro II, prover de remedio efficaz a tão grande mal. Em 1681 aboliu os bairros dos embaixadores, determinando que os ministros e officiaes de justiça podessem passar com as insignias dos seus cargos pelas ruas e por diante das casas dos enviados dos soberanos estrangeiros, e restringindo-se a immunidade a portas a dentro das casas dos ditos embaixadores.

Foi arrojada a medida, sobre tudo por não ter precedido accordo entre o governo e as diversas côrtes estrangeiras.

Os diplomaticos sempre foram, e são, muito zelosos de seus privilegios e regalias, porém nos seculos XVII e XVIII a sua susceptibilidade n'este ponto era tão excessiva, que tocava as raias do ridiculo, como por vezes temos feito observar aos nossos leitores. Todavia, apenas mr. d'Oppet, embaixador de França, tentou oppor-se a esta resolução; porém, vendo que os representantes das outras potencias o não secundavam, desistiu dos seus planos de resistencia.

Assim acabou aquella pratica absurda, conformando-se com a nova ordem de coisas todos os ministros estrangeiros então residentes em Lisboa.

III

Eram passados mais de vinte e oito annos; aquella questão parecia negocio inteiramente concluido, quando reviveu de um modo que ameaçou quebrar as relações de amizade de Portugal com as principaes potencias da Europa.

Tinha chegado a Lisboa no começo de 1709 o bispo de Lubiana por embaixador do imperador de Allemanha José I, junto del-rei D. João V. Succedeu que, ainda antes de ser recebido na côrte para a apresentação das suas credenciaes, passasse pela sua porta um alcaide do julgado de Odivellas conduzindo um preso. Oppoz-se á passagem o guarda-portão do embaixador, e, em quanto o alcaide altercava com elle, fugiu o preso para casa do ministro. Correu logo o alcaide até á porta do palacio, mas os criados obrigaram-n'o a retirar-se e levaram o preso para cima.

Aconteceu isto por meiados de junho, e pouco depois repetiu-se outro caso similhante.

Foi grande o escandalo e a murmuração que um tal procedimento causou em toda a cidade, e não menor a indignação que produziu no animo del-rei e dos seus ministros.

Apressou-se o bispo de Lubiana a escrever ao secretario de estado Diogo de Mendoça Corte-Real, não para dar justa satisfação do aggravo, mas unicamente para referir o succedido em defensa das antigas immunidades, que não queria considerar abolidas.

Foi prompta a resposta, e qual convinha á dignidade da corôa e da nação. Diogo de Mendoça Corte-Real, depois de expressar ao embaixador o sentimento que el-rei tivera por elle tentar arrogar a si um privilegio extincto, e que os outros embaixadores não pretenderam fazer reviver em tão longo espaço de tempo, antes, pelo contrario, quando succedia fugir algum preso para suas casas, prestavam-se a entregal-o á justiça assim que lh'o pediam; terminava dizendo que el-rei esperava que o enviado do imperador de Allemanha procedesse d'esta maneira, porque seria mui sensivel a el-rei ser-lhe preciso tomar as providencias que lhe parecessem mais convenientes para o fazer observar uma resolução ha tanto tempo em pratica.

Esta carta era datada de 26 de junho do dito anno de 1709; e como se passassem tres dias sem o bispo de Lubiana dar a satisfação que devia, dirigiu-lhe o mesmo secretario de estado outra carta em 29 do referido mez, intimando-o a que se abstivesse de ir ao paço, e communicando-lhe que el-rei dera ordem aos seus ministros para não o receberem, nem o ouvirem em negocio algum, e que os officiaes de justiça haviam de continuar a passar pela sua porta como até alli.

Vendo a firmeza do governo, o embaixador accommodou-se. Restabeleceram-se as boas relações entre elle e o secretario de estado, e a pendencia parecia terminada. Não succedeu, porém, assim. Apesar do seu caracter ecclesiastico, e da preeminencia da sua posição na egreja, que lhe impunham particulares deveres de gravidade e lealdade, o astuto prelado, com animo doble, não fez mais que fingir que cedia, simulando uma derrota para ganhar tempo em que se preparasse de novo, e em melhores condições, para mais serio e obstinado combate.

Começou logo a tratar secretamente, mas com assidua diligencia, de obter auxiliares que o ajudassem n'aquelle empenho. Dirigiu-se, pois, a casa do conde de Stampa, embaixador del-rei de Hespanha, com o fim de o convidar e persuadir a que juntasse os seus esforços aos d'elle, para se conseguir o restabelecimento dos extinctos bairros dos embaixadores com todas as suas immunidades.

Concertado entre os dois que se opporiam resolutamente a que passassem por diante de suas casas quaesquer ministros e officiaes de justiça, dispunha-se o bispo de Lubiana para proseguir na sua propaganda de mansidão evangelica junto dos outros embaixadores, quando os criados, que bem lhe conheciam as

idéas e intenções, querendo provar-lhe o zelo e dedicação com que o serviam, saíram á rua a impedir que continuasse o seu caminho o juiz do crime da Ribeira, que ia por alli passando montado em um cavallo e com a sua vara alçada.

Este excesso de zelo fez precipitar os acontecimentos, obrigando o bispo de Lubiana a empenhar-se na lucta antes de se achar bem preparado para ella. Não era, porém, homem que se acobardasse facilmente diante de quaesquer contrariedades ou revezes. A sorte, que é cega, fizera d'elle um prelado e embaixador; mas o seu caracter e vocação destinavam-n'o para general. Portanto, aquelle rompimento extemporaneo de hostilidades, em vez de o desconcertar, serviu apenas de lhe estimular a actividade, e de fornecer-lhe occasião para desenvolver e dar cabal testimunho do seu talento para as intrigas politicas, da sua perseverança na porfia de uma contenda, e da coragem com que lançava mão de todos os meios, embora violentos e arriscados, para fazer triumphar a sua causa.

Diremos no seguinte numero como se houve em uma tal conjunctura o embaixador de Allemanha, que proporções gigantescas conseguiu dar a esta questão, e de que modo lhe poz termo o governo del-rei D. João V.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

RECORDAÇÕES DE VIAGEM

(Vid. pag. 256)

Presos os quatro europeus como suspeitos de pirataria, e conduzidos a Hong-Kong, foram submettidos aos tribunaes inglezes, para estes julgarem da sua criminalidade. Logo que o governador de Macau, que era então o sr. José Rodrigues Coelho do Amaral, teve, por participação das auctoridades inglezas, noticia do succedido, não vendo no caso motivo para reclamação alguma da nossa parte, respondeu pedindo o maior escrupulo no exame dos depoimentos das testimunhas accusatorias, e implorando para os reus, no caso de que os factos os denunciassem criminosos, a indulgencia que fosse compativel com a devida satisfação da justiça.

Foram interrogados como testimunhas de accusação o piloto china encontrado na lorcha dos portuguezes, um da outra que foi preso quando a nado demandava a praia, e um outro china preso em Pin-hai, e que disse pertencer á tripulação do junco tomado pelos piratas. É claro que sobre estes tres individuos recaíam as mesmas suspeitas que tinham levado aos tribunaes os europeus; e obvio é, por conseguinte, o valor de taes depoimentos.

Não depozeram, ainda assim, estes individuos muito desfavoravelmente aos portuguezes e ao hespanhol; e o juiz que presidia ao processo chegou a declarar a um empregado do nosso consulado que lhe parecia não serem os reus tão criminosos como se pretendia, e que ia até propor ao governador da colonia que elles fossem mandados para Macau, para serem julgados pelas auctoridades portuguezas.

Mudaram, porém, de face ás coisas, crê-se que por direcção do governador de Hong-Kong. É certo que por ordem d'elle foram mandadas procurar em Amoy, porto d'onde a lorcha dos portuguezes era procedente, e onde fôra matriculada, testimunhas de accusação, que vieram depor no processo. Como se podiam acceitar por válidos os depoimentos d'estas testimunhas sobre factos passados no mar?

Chegou o dia do julgamento, e os nossos infelizes irmãos não tinham um advogado que os defendesse. Não tinham dinheiro com que lhe pagassem o serviço, e não lhes foi concedido um ex-officio, sob pretexto de que as leis inglezas o não dão a quem não lhe póde satisfazer o serviço. Será possivel tal barbaridade? Por honra e credito da Inglaterra, não o acredito.

Contra toda a espectativa, foi o crime dado como provado pelos jurados, e os cinco infelizes, quatro portuguezes e um hespanhol, foram condemnados á forca. É notavel que um dos jurados declarou posteriormente que, tendo dúvidas em adherir á opinião dos seus collegas, o fizera a final com a condição de que os reus fossem pelo jury recommendados á clemencia do conselho executivo; e que a sua boa fé fôra illudida, omittindo o presidente a clausula na leitura do *veredictum*.

Por parte do consulado portuguez em Hong-Kong e do governo de Macau fizeram-se as possiveis diligencias para salvar os nossos irmãos da morte ignominiosa que lhes estava preparada. O consulado ajustou um advogado que foi defendel-os perante o conselho executivo; o sr. Coelho do Amaral officiou ao governador de Hong-Kong, pedindo instantemente a commutação da pena de morte. Tudo foi baldado. As auctoridades britannicas precisavam de dar aos chinas da sua colonia o espectaculo de quatro portuguezes, condemnados como piratas, a agitarem-se nas contorsões de uma agonia affrontosa. A sentença foi confirmada, e os cinco desgraçados foram enforcados entre as gargalhadas da gentalha que assistiu, cheia de enthusiasmo, á execução.

Dois jornaes inglezes de Hong-Kong applaudiram alegres aquelle triste desfecho, chegando um d'elles, o *Overland China Mail* (fique consignado o seu titulo para a merecida execração), a querer, pela condemnação dos quatro portuguezes, arremessar para a nação que lhes era patria o labéo do crime que se lhes imputou.

Os dois periodicos portuguezes que então se publicavam na China, o *Ta-SSi-Yang-Kuo* em Macau e o *Echo do Povo* em Hong-Kong, protestaram energicamente, em bem elaborados artigos, contra as circunstancias odiosas d'aquelle processo, contra a má vontade que se notou nas auctoridades inglezas para com os nossos irmãos, e contra a intenção de desconsiderar-nos perante os chinas, que de tudo isto transpira.

Não quero deixar-te sob desagradavel impressão ao terminar esta carta, e vou por isso fallar-te dos jornaes portuguezes na China e do theatro portuguez de Macau.

O *Ta-SSi-Yang-Kuo*, a cuja morte assisti com pena, era um periodico illustradamente redigido por alguns cavalheiros de Macau, entre os quaes figuravam os srs. Gregorio José Ribeiro, distincto official da nossa marinha e secretario do governo d'aquella possessão, e o sr. Antonio Marques Pereira, o antigo folhetinista do *Rei e Ordem* e auctor do romance *A mulher do seculo*. Este cavalheiro acha-se hoje exercendo importantes funcções administrativas, que desempenha com uma proficiencia para que o habilitam os serios estudos da sciencia de administração a que se tem dedicado. O titulo chinez d'esta publicação quer dizer *Os grandes homens do mar do Occidente*, nome que os filhos do celeste imperio nos davam antigamente.

O *Echo do Povo* é sustentado pelos portuguezes que residem em Hong-Kong.

Havia entre estes dois jornaes profunda divergencia de sentir n'algumas questões, que discutiam ás vezes com lamentavel acrimonia. O ponto em que mais profundamente dissentiam era a emigração chineza, que o de Macau applaudia e o *Echo* condemnava energicamente.

Sem querer agora discutir tão importante assumpto, creio que nenhum dos dois tinha por si toda a razão. Não me parece a emigração chineza coisa tão feia como quer o jornal portuguez de Hong-Kong, nem tanto para applaudir como pretendia o *Ta-SSi-Yang-Kuo*.

Certo é que a sorte dos emigrados melhorou consideravelmente com as disposições regulamentares adoptadas pelo illustrado governador, o sr. Coelho do Amaral.

O theatro portuguez de Macau tem uma bonita sala de espectaculo, onde tem representado varias sociedades de curiosos. Ha além d'isso, no mesmo edificio e pertencendo á mesma associação, sala de leitura e de jogo de cartas, um excellente bilhar e botequim. É alli que todas as noites se reunem os principaes cavalheiros da cidade; e foi lá que tive occasião de conhecer o sr. D. Sinibaldo de Más, escriptor e diplomata hespanhol, e representante do seu paiz na China.

João de Lacerda.

VILLA DA POVOA DE VARZIM

(Vid. pag. 239)

X

Em um manuscripto inédito do seculo passado [1], e de que possuimos cópia por favor do sr. Monteiro Junior, depara-se-nos a seguinte curiosissima pagina com relação á enseada da Povoa de Varzim.

«Ha n'esta villa uma das melhores enseadas d'este reino; a natureza, por disposição do Auctor d'ella, a formou, e se a arte, por mandato do rei e senhor, a aperfeiçoasse, seria uma maravilha da Europa: forma-se esta enseada pela parte do norte ao noroeste por uma natural subsequente carreira de penedos, que tem varias denominações, chamando-se as que topam na areia *Pedra do Canto dos Barcos*, e seguem-se para o mar a *Curva Grande, Curva Pequena, Insua Grande, Insua Pequena;* e é a ultima que por esta parte fica descoberta ao pé da boca da entrada, a que os nacionaes chamam *barra:* pela parte do sul tem outra similhante carreira de salitrosos penedos, tambem variamente chamados: os primeiros, do pé da areia, *Pedras do Cabedello*, e d'elle para o mar *Movelha*, e um grande lagido chamado *Extramundes*, que fica alguma coisa para o sul da dita Movelha, da qual até a Insua Pequena sobredita é a boca chamada *barra.*

«Tem esta barra um baixo de pedras, chamadas *Leixão*, que nunca descobrem, e d'ellas para a dita Insua Pequena está um caneiro, ou barrete, porque algumas vezes, com o mar tranquillo, entram e saem os barcos ou lanchas d'este porto: do dito baixo de Leixão até a pedra de Movelha é a rigorosa e verdadeira barra da entrada, a qual tem de largo 48 braças da marinha [2], e cinco de alto, sem baixo ou banco algum: tem de alto a dita enseada até o meio as mesmas 5 braças [3], e ao terço da largura, contando da barra, faz $2\frac{1}{2}$ braças [4], e assim vem diminuindo até acabar na areia.

«Tem no meio da enseada, da areia até a barra, de léste a oeste, 260 braças da marinha [5]. As duas sobreditas correntes de penedos, a de noroeste mette no mar a ponta para o sul, e vem inclinada para o norte a topar em terra: a do sul, começando em terra, inclina até a ponta do mar para o noroeste, com cuja figura vem a fazer um bolso, que na areia faz quasi como meio circulo; e tem da pedra dos Barcos ás do Cabedello 370 braças da marinha [6] de comprido pela areia a borda da agua; e por esta ajustada sonda, que se diz, e se lhe tomou, se inferirá as embarcações de alto bordo que póde admittir; assim tivera formados

1 Este manuscripto existe em poder do reverendo padre Sebastião de S. Luiz, da villa da Povoa de Varzim, e d'elle se serviu tambem o reverendo padre Giesteira para as suas *Memorias historicas*, segundo a noticia que ultimamente se me deu.

2 Aproximadamente 105 metros.

3 11 metros.

4 5,5 metros.

5 572 metros.

6 814 metros.

sobre os naturaes alicerces uns artificiaes impeditivos de que quebrasse o mar no bolso da enseada, dentro da qual tem só ao pé da areia, ao meio da distancia sobredita de 370 braças [1], umas pedras a que chamam a *Caverneira*, e logo no pé para o sul outra chamada o *Seixo*.

«Ao pé da carreira de penedos que ficam da parte do norte se acham seguindo mais pela areia outros penedos, como: *Lagido, Lava Tripas, Furado pequeno, Furado Grande*, e as *Madres*, que são duas pedras, em uma das quaes, que é a da parte do sul, está uma marca para signal de que alli acaba o termo d'esta villa, e com elle a jurisdicção do governo das armas e corregedor da comarca do Porto: e na outra, que é a do norte, está a marca do termo de Barcellos, que alli principia, e com a sua comarca o governo do general do Minho.

«N'esta enseada se fez a nau da invocação de *Nossa Senhora de Guadalupe*, que foi a nau de guerra na recuperação de Pernambuco, como se expõe na resposta decima oitava [2]. Na mesma enseada entravam e saíam antigamente navios. Pelo anno de 1547 achâmos visitas feitas n'esta enseada em navios pelo guarda-mór Gonçalo Annes Cadilhe, especialmente em um vindo de Inglaterra. Consta de papeis, que vimos em poder de particulares d'esta villa, que a nau sobredita *Nossa Senhora de Guadalupe*, vindo de commerciar em Angola, aportára n'esta enseada.»

O que deixâmos posto é de umas memorias do principio da segunda metade do seculo XVIII. Indo quasi no fim este seculo, o prestante cidadão Francisco de Almada e Mendonça, de quem fallámos a pag. 231, quando nos referimos ao edificio da camara municipal, e sem que estas obras lhe causassem estorvo, conseguiu tambem do governo da sr.ª D. Maria I que se fizesse um paredão que devia servir para a projectada doca, pois era muito natural que, em beneficio da população e em prol de seus interesses, se désse a tão importante obra a attenção que ella requeria.

Não sabemos, todavia, por quaes circunstancias, para não lançar isto á conta da incuria com que se tem tratado certas coisas da administração publica em o nosso paiz, as obras da doca projectada não foram além do paredão construido nos fins do seculo passado; e, apesar de repetidas instancias, nada mais se conseguiu até hoje.

No anno anterior, em uma visita que fez a diversas terras do reino, o então ministro das obras publicas, sr. João de Andrade Corvo, teve occasião de ver as condições da enseada da Povoa de Varzim, e conhecer que era ainda facil transformar aquelle porto em uma doca de abrigo, e far-lhe-hemos a justiça devida se dissermos que no seu animo calou a idéa de que era mister acudir com providencias acertadas ao mal que víra e apreciára.

Julgam os póveiros, talvez com bons fundamentos, que a construcção da doca attrahiria alli os navios que em occasiões de temporal demandam o porto de Vigo, e assim viria para o concelho a receita que n'essas occasiões entra no porto da Hespanha; além d'isso, os pescadores não seriam obrigados a conduzir ás costas os seus barcos, tanto da terra para o mar como do mar para a terra.

Sendo ministro da marinha o sr. José da Silva Mendes Leal, ordenou s. ex.ª que fosse para a Povoa de Varzim um barco salva-vidas, o qual já tem sido muito util, quando a furia das vagas põe em risco a vida dos navegantes ou dos pescadores.

(Continúa) Brito Aranha.

1 814 metros.

2 A resposta 18.ª, no manuscripto d'onde se extrahiu esta cópia, diz assim: «Floresceu n'esta villa o capitão Antonio Cardia, piloto-mór da real armada, que foi a restauração da Bahia, e saiu de Lisboa a 22 de novembro de 1624, sendo general D. Manuel de Menezes, e assim se vê escripto na pedra da sua sepultura, que está na misericordia d'esta villa, do tempo em que era matriz.»